

**COMPANHIA ADMINISTRADORA
DA ZONA DE PROCESSAMENTO
DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-
PI S/A**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2021 E 2020 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**

CE-122-2022/1

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

	Páginas
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3-5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balancos Patrimoniais	6-7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12-27

CE-122-2022/1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas e Conselheiros da

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE
PARNAÍBA S/A****Parnaíba - PI****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Companhia em fase pré-operacional**

Chamamos atenção a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a qual menciona que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, sendo necessário para o início efetivo das atividades o alfandegamento e término das fases estruturais do complexo aduaneiro. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e aportes adicionais de recursos por parte do acionista controlador poderão ser necessários para que a Companhia continue operando. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2022.

PKF Affiance Brazil

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:


DDA32F474295498...

Jorge Ivan Teles de Sousa
BA-012430/O-2 T PI

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**
Balço Patrimonial
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Ativo Líquido apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.253.395	280.911
Ativo Fiscal Corrente	5	7.845	1.252
Despesas Antecipadas		3.925	3.792
		2.265.165	285.955
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	6	7.131.243	50.676
		7.131.243	50.676
Total do Ativo		9.396.408	336.631

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**
Balço Patrimonial
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Passivo e Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	7	281.980	-
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	340.048	200.659
Passivo Fiscal Corrente		923	11.774
Outras Obrigações		21.500	-
		644.451	212.433
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.a	20.770.627	16.609.097
Prejuízo acumulado		(26.295.231)	(20.646.429)
Adiantamento para aumento de Capital	9.b	14.276.561	4.161.530
		8.751.957	124.198
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.396.408	336.631

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**
Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Resultado apresentado em reais - exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2021	2020
Despesas Gerais			
Despesas Gerais e Administrativas	10	(5.680.687)	(3.079.398)
Despesas Tributárias		(6.774)	(4.916)
		(5.687.461)	(3.084.314)
Resultado Operacional			
		(5.687.461)	(3.084.314)
Resultado Financeiro Líquido	11	38.659	(71.953)
Lucro Líquido do Exercício		(5.648.802)	(3.156.267)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Resultado abrangente apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Resultado do Exercício		(5.648.802)	(3.156.267)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(5.648.802)	(3.156.267)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Movimenta o da Muta o do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	Capital social Subscrito	Prejuízos Acumulados	Adiantamento p/ futuro Aumento de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		13.515.856	(17.490.162)	3.093.241	(881.065)
Aporte dos sócios		-	-	4.161.530	4.161.530
Integraliza�o de capital		3.093.241	-	(3.093.241)	-
Prejuízo do exercício		-	(3.156.267)	-	(3.156.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		16.609.097	(20.646.429)	4.161.530	124.198
Aporte dos sócios	9.b	-	-	14.276.561	14.276.561
Integraliza�o de capital		4.161.530	-	(4.161.530)	-
Prejuízo do exercício		-	(5.648.802)	-	(5.648.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.a	20.770.627	(26.295.231)	14.276.561	8.751.957

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstra es Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios Findos em dezembro de 2021 e 2020

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Atividade Operacional			
Prejuízo		(5.648.802)	(3.156.267)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação	6.c	19.523	16.869
Baixa do Intangível		-	7.360
Ajuste de Imobilizado	6.c	1.599	(3.917)
Lucro Ajustado		(5.627.680)	(3.135.955)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Ativo Fiscal Corrente		(6.593)	11.889
Despesas Antecipadas		(133)	(213)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		281.980	(268.206)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		139.389	(516.616)
Passivo Fiscal Corrente		(10.851)	(75.185)
Outras Obrigações		21.500	(13.695)
Caixa Gerado pela Atividade Operacional		(5.202.388)	(3.997.981)
Atividades de Investimento			
Adições do Ativo Imobilizado	6.c	(7.101.689)	(16.287)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(7.101.689)	(16.287)
Atividades de Financiamento			
Aportes dos sócios para futuro aumento de Capital	9.b	14.276.561	4.161.530
Caixa Consumido pela Atividade de Financiamento		14.276.561	4.161.530
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.972.484	147.262
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	280.911	133.649
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	2.253.395	280.911

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Findo em dezembro de 2021 e 2020

Notas apresentado em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI S/A – ZPE Parnaíba é uma Companhia de economia mista situada a Rua Dom Pedro I, Bairro Primavera, Parnaíba – PI, Cep: 64.213-901 que tem como principal atribuição promover os atos de gestão necessários à implantação, operação, administração e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba no Estado do Piauí, um complexo onde Companhias se instalam para produzir bens destinados, em sua maioria, para exportação, contando com incentivos tributários, administrativos e cambiais. A constituição da ZPE Parnaíba está prevista na Lei Estadual nº 6.021, autorizada em 14 de dezembro de 2010.

A ZPE Parnaíba encontra-se em fase pré-operacional, sendo necessário para o início efetivo das atividades o alfandegamento e término das fases estruturais do complexo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no contexto atual da Companhia e não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos em caso do não início total de sua operação. O suporte financeiro, obtido através de aporte de capital pelos seus acionistas ou recursos de terceiros, será necessário até o completo início operacional da ZPE Parnaíba.

A ZPE Parnaíba foi criada através de Decreto Federal Nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988, no município de Parnaíba-PI. Com exclusividade, da administração da Zona de Processamento de Exportação, localizada no município de Parnaíba, cumprindo-a prover das instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento. Tem personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída na forma de Sociedade de Economia Mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação vigente, tendo como acionistas o Governo do Piauí, como sócio majoritário, detentor de 93,26% de seu capital e a Federação das Indústrias do Estado do Piau - FIEPI, com os 6,74% restantes.

A ZPE Parnaíba, desenvolve seus trabalhos em consonância com o que estabelece a Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativos das Zonas de Processamento de Exportação, em estreita relação com o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, responsável pela gestão do Programa Brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação.

Atualmente a ZPE Parnaíba encontra-se em fase conclusiva de implantação, em uma área de 30 hectares, de um total de 315 hectares, tendo obtido da SEMAR, em 03.08.2017, a devida Licença de Instalação. Também já foi protocolado, junto a 3ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil - RFB, a documentação necessária a instrução do processo de obtenção do Alfandegamento do recinto da ZPE, cuja expedição é de sua competência. A Companhia, nesse momento, encontra-se em fase pré-operacional, sendo que para o início da operação faz-se necessário a obtenção e instalação dos equipamentos de controle, monitoramento e segurança, necessários a obtenção do seu Alfandegamento.

Vale ressaltar que os recursos para implantação da ZPE Parnaíba, na sua totalidade, estão sendo aportados pelo Governo do Piauí, na qualidade de sócio majoritário, sendo que, ao final, será procedida a devida integralização desses valores ao Capital Social.

a. Principais Eventos Ocorridos no Exercício

Efeitos decorrentes da COVID-19

A Companhia monitora de forma constante os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 em suas operações e sua posição patrimonial e financeira e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança das pessoas da Companhia e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia, destacam-se:

- Adoção da prática de trabalho remoto (home office), bem como a implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos colaboradores que não se autodeclararam como grupo de risco, com base em diretrizes oficiais, emitidas pelos órgãos de saúde;
- Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.
- Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas.

Além dos itens destacados acima, a Companhia tem feito e mantido um vasto esforço no monitoramento e comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações com as mesmas de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

Cabe destacar que apesar dos impactos mencionados, a Companhia mantém suas atividades e continua acompanhando e avaliando os impactos desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos em seus resultados e, com base no exercício de seu melhor julgamento, entende não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas ao COVID-19 em suas operações.

A Companhia conclui que tem total condição de cumprir com suas obrigações operacionais levando em consideração que até a presente data não tivemos impactos significativos considerando todas as informações relevantes disponíveis até a data da emissão dessas demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e e as normas de contabilidade Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- nota 6 – Depreciação;

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de Impairment são os bens do Ativo Imobilizado.

d. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e. Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A. - Renda Fixa	2.119.463	-
Banco do Brasil S.A. - Público Supremo	133.932	280.911
	2.253.395	280.911

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por Companhias e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2021 de aproximadamente 56,90% do DI CETIP (CDI).

5. Ativo Fiscal

	2021	2020
Imposto de Renda Retido a Recuperar	7.845	1.252
	7.845	1.252

6. Imobilizado

a. Composição Contábil

			2021	2020
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	49.419	(40.469)	8.950	13.892
Veículos	269.990	(262.663)	7.327	9.525
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	235.618	(65.784)	169.834	23.741
Computadores e Periféricos	48.294	(35.240)	13.054	3.518
Imobilizado em andamento (i)	6.932.078	-	6.932.078	-
	7.535.399	(404.156)	7.131.243	50.676

- (i) Refere-se a gastos realizados com o alfandegamento e construção das estruturas do complexo aduaneiro da ZPE Parnaíba que ainda se encontram em processo de instalação e adequação final para início da operacionalização da ZPE Parnaíba – PI.

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	10%	10
Veículos	20%	5
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2019	Adições	Baixas	Ajustes (i)	2020	Adições	Baixas	Ajustes	2021
Custo									
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	49.419	-	-	-	49.419	-	-	-	49.419
Veículos	259.000	10.990	-	-	269.990	-	-	-	269.990
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	73.685	5.297	-	-	78.982	156.636	-	-	235.618
Computadores e Periféricos	35.319	-	-	-	35.319	12.975	-	-	48.294
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	6.932.078	-	-	6.932.078
	417.423	16.287	-	-	433.710	7.101.689	-	-	7.535.399
Depreciação									
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	(43.347)	(4.942)	-	12.762	(35.527)	(4.942)	-	-	(40.469)
Veículos	(233.100)	(1.465)	-	(25.900)	(260.465)	(2.198)	-	-	(262.663)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(66.316)	(7.633)	-	18.708	(55.241)	(8.944)	-	(1.599)	(65.784)
Computadores e Periféricos	(27.320)	(2.829)	-	(1.652)	(31.801)	(3.439)	-	-	(35.240)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(370.083)	(16.869)	-	3.918	(383.034)	(19.523)	-	(1.599)	(404.156)
Imobilizado Líquido	47.340	(582)	-	3.918	50.676	7.082.166	-	(1.599)	7.131.243

(i) Referem-se a ajustes decorrentes de alteração nas estimativas de depreciação ocorridos em 2019.

7. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2021	2020
Nacional		
Hidromecânica Germek Ltda	215.999	-
Miracéu Turismo Ltda	42.599	-
Tilp & Wermont Business Advisory Ltda.	14.078	-
Delphos Engenharia Ltda	7.200	-
Wix Telecom do Brasil Eireli	1.595	-
Art Cores	509	-
	281.980	-

b. Títulos a pagar por vencimento:

	2021	2020
A vencer:		
Até 30 dias	58.271	-
De 31 a 60 dias	223.199	-
	281.470	-
Vencidos:		
Acima de 180 dias	510	-
	510	-
	281.980	-

8. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2021	2020
INSS a Recolher	73.686	49.658
Férias a Pagar	198.333	104.622
INSS sobre Férias	52.162	38.009
FGTS sobre Férias	15.867	8.370
	340.048	200.659

9. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.754.771, está

representado por R\$ 20.754.771 ações, todas ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital
Estado do Piauí	20.754.771	93,26%	16.509.097	4.245.674	4.161.530
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	1.500.000	6,74%	100.000	1.400.000	-
	22.254.771	100%	16.609.097	5.645.674	4.161.530

Em 31 de dezembro de 2021:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital
Estado do Piauí	20.754.771	93,26%	20.670.627	84.144	14.276.561
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	1.500.000	6,74%	100.000	1.400.000	-
	22.254.771	100%	20.770.627	1.484.144	14.276.561

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No ano de 2021 houve o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 14.276.561. O valor será integralizado na primeira Assembleia Ordinária da Companhia a ocorrer em 2022 em atendimento a norma contábil.

10. Despesas Gerais e Administrativas

	2021	2020
Ordenados, Salários e Gratificação a Empregados	1.340.574	897.933
Despesas com consultorias	962.152	-
Pró - Labores	535.060	367.540
INSS	478.616	331.695
Diárias	304.763	136.073
Vigilância e Segurança	269.833	-
Férias	222.545	195.128
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	221.034	384.136
Aluguel de Imóvel	187.434	16.764
FGTS	178.358	118.413
Passagens Aéreas	168.783	4.655

Décimo Terceiro Salário	161.183	115.383
Assessoria Jurídica	143.000	-
INSS Outras Entidades	124.444	113.621
Serviços Prestados Pessoa Física	50.646	147.018
Outras despesas administrativas	332.262	251.039
	5.680.687	3.079.398

11. Resultado Financeiro Líquido

a. Composição Resultado Financeiro Líquido:

	2021	2020
Receita Financeiras		
Juros de Aplicações e Investimentos	48.952	321
	48.952	321
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	-	(67.615)
Despesas Bancárias	(5.489)	(4.567)
IOF	(4.804)	(92)
	(10.293)	(72.274)
Resultado Financeiro Líquido	38.659	(71.953)

12. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se ainda em fase pré-operacional.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Companhia possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações, oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

I. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

		2021	2021	2020	2020
		Valor	Valor	Valor	Valor
	Nível	contábil	Justo	contábil	Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	2.253.395	2.253.395	280.911	280.911

		2.253.395	2.253.395	280.911	280.911
Passivos					
Fornecedores	1	281.980	281.980	-	-
Outras Obrigações	1	21.500	21.500	-	-
		303.480	303.480	-	-

f. Instrumentos financeiros por categoria

		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2021 Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixas		2.253.395	-	-
		2.253.395	-	-
Passivos				
Fornecedores		-	-	281.980
Outras Obrigações		-	-	21.500
		-	-	303.480
		2.253.395	-	303.480

		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2020 Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixas		280.911	-	-
		280.911	-	-
Passivos				
Fornecedores de bens e serviços		-	-	-
Outras Obrigações		-	-	-
		-	-	-
		280.911	-	-

13. Eventos Subsequentes

Em fevereiro de 2022 a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba foi inaugurada oficialmente. A abertura da zona de alfandegamento autoriza o livre comércio das empresas que estão instaladas na região. Já existem duas indústrias instaladas na ZPE, além dessas instaladas, temos 12 pedidos de indústrias que querem se instalar.

Em 2021, a Entidade incluiu em seu estatuto entre as atividades já existentes, a implantação e administração de parques industriais, da área portuária de Luís Correia, bem como a prestação de serviços às empresas que nelas se instalarem e executar outras atividades correlatas a

impulsionar a política de desenvolvimento econômico no âmbito nacional e estadual, propiciando um ambiente de negócios e investimentos nas áreas delimitadas da área portuária de Luís Correia.

DocuSigned by:

Paulo Roberto Cardoso de Sousa

4A7E87C618464C3...

Paulo Roberto Cardoso de Sousa

Diretor Presidente da ZPE Parnaíba

CPF: 819.764.533-72

DocuSigned by:

Sonia Maria Carvalho Sales

F16C9EAED3A445E...

Sonia Maria Carvalho Sales

Contadora CRC-PI 004924/O-2

CPF: 372.747.673-72